



ALVARÁ DE LICENCIAMENTO PARA SERVIÇOS FLORESTAIS Nº 006/2018

O Município de Travesseiro/RS, inscrito no CNPJ sob o nº 94.706.124/0001-30, instituído pela Lei Estadual nº 9.596/92, através do **DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE (DMA)**, no uso das atribuições que lhe confere as Resoluções do CONSEMA nº 041/2003 e nº 288/14, e em consonância com o disposto na Lei Federal nº 12.651/12, nas Leis Estaduais nº 9.519/92 e nº 11.520/01, no Decreto Estadual nº 38.355/98, na Resolução do CONAMA nº 237/97 e baseado nas informações constantes no Processo Administrativo nº 1.296/2017, bem como no **Processo Administrativo nº 296/2018**, vem pelo presente instrumento emitir este **ALVARÁ PARA LICENCIAMENTO DE SERVIÇOS FLORESTAIS**.

EMPREENDEDOR: MUNICÍPIO DE TRAVESSEIRO, através da Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos

CPF: 94.706.124/0001-30

ENDEREÇO: Rua 20 de Março, 337, Centro

MUNICÍPIO: Travesseiro/RS

CEP: 95.948-000

IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL DO MANEJO

Endereço: Estrada Geral, Linha Picada Herval, s/nº, Travesseiro/RS

Coordenadas Geográficas: S 29°17'14.34" W 52°6'31.36"

CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES

1. Considerações:

1.1. As orientações contidas nesse documento subsidiarão as ações dos profissionais que atuam diretamente no manejo de poda de segurança nesses exemplares arbóreos nativos. É preciso que o agente responsável pela execução ou supervisão do manejo tenha em mente que, ao realizar a poda, está cometendo uma agressão a um organismo vivo, que possui estrutura e funções bem definidas e processos próprios de defesa contra seus inimigos naturais. Diante disso, a escolha do tipo de poda, a técnica de corte e a época da intervenção são decisões que podem condenar uma árvore à morte lenta ou contribuir para o seu desenvolvimento biológico. Todos os procedimentos e técnicas citadas neste documento deverão ser seguidos, de forma que não deverá haver excessão na realização da poda.

2. Quanto a execução da poda:

2.1. É autorizada a poda parcial de galhos de 12 (doze) exemplares arbóreos nativos, em conformidade com as informações a seguir descritas:

Nº de Indivíduos	Nome Comum	Nome Científico	Tipo de Poda
04	Canela preta	<i>Ocotea catharinensis</i>	Poda de segurança
02	Chal-chal	<i>Allophylus edulis</i>	
05	Tanheiros	<i>Alchornea triplinervia</i>	
01	Açoita cavalo	<i>Luehea divaricata</i>	

2.2. A poda deverá ser executada por profissional habilitado para que não ocorra danos aos exemplares e seguido de cuidados fitossanitários, como aplicação de calda ou pasta bordaleza na cicatriz dos cortes;

2.3. A poda deverá ser executada de forma que, em hipótese alguma os espécimes poderão permanecer ausente de folhas e galhos, tampouco haver a possibilidade de comprometer a arquitetura e o desenvolvimento das árvores;

2.4. Deverão ser tomadas medidas de controle de queda dos galhos afim de evitar danos à vegetação do entorno;

2.5. Os equipamentos utilizados na poda dos galhos devem ser bem afiados para evitar fendilhamento, rachaduras ou outro

dano que facilite o ataque de patógenos (fungos, bactérias e vírus).

3. Quanto a supressão da vegetação:

3.1. Fica autorizada a supressão de 05 (cinco) exemplares arbóreos nativos, em conformidade com as informações a seguir descritas:

Nome Comum	Nome Científico	CAP (cm)	DAP (m)	Vm ³	Altura (média)	Vm st
Tanheiro	<i>Alchornea triplinervia</i>	137	0,436	0,986	12	1,479
Tanheiro	<i>Alchornea triplinervia</i>	74	0,236	0,216	9	0,324
Capororoca	<i>Rapanea ferruginea</i>	18	0,057	0,004	3	0,006
Camboatá vermelho	<i>Cupania vernalis</i>	33	0,105	0,038	8	0,057
Chá de bugre	<i>Casearia sylvestris</i>	38	0,121	0,044	7	0,066
TOTAL				1,288		1,932

4. Quanto a Reposição Florestal Obrigatória:

4.1. Como medida obrigatória à supressão de 5 (cinco) exemplares arbóreos nativos, deverá ser efetuado o plantio de 75 (setenta e cinco) mudas de espécies nativas, de acordo com o artigo 41 da Lei Estadual nº 9.519/1992, sendo a reposição florestal obrigatória o plantio obrigatório de árvores, como medida legal para mitigação, compensação ou reparação de corte de árvores nativas ou recuperação de áreas degradadas, estando consubstanciada no artigo 33, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, popularmente conhecido por novo Código Florestal Federal e nos artigos 8 e 15, do Capítulo II e Art. 51 da Lei Estadual nº 9.519, de 21 de janeiro de 1992 - Código Florestal Estadual;

4.2. Para o plantio das mudas referidas no item anterior, deverá ser garantindo a pega mínima de 90%, em observância ao disposto no Artigo 8º da Lei Estadual nº 9.519/1992 (Código Florestal Estadual);

4.3. O prazo para a Reposição Florestal Obrigatória é de 1 (um) ano, ou seja, até o término desse prazo, ao Departamento do Meio Ambiente deverá ser informada do local de plantio das mudas nativas, acompanhado de relatório fotográfico e demais documentos necessários à comprovação;

4.4. Por um período de 4 (quatro) anos, deverá ser apresentado anualmente a este Departamento do Meio Ambiente, relatório técnico e fotográfico da situação na área de reposição florestal;

4.5. A efetivação do plantio será constatada através de vistoria, na qual será averiguado o cumprimento das condicionantes de acordo com os prazos e metas ora determinados, sendo que a quitação final do compromisso de plantio se dará após o 4º (quarto) ano de manejo e com plena garantia do estabelecimento das árvores.

5. Quanto a matéria prima florestal gerada:

5.1. Não é permitida a queima, ao ar livre, dos resíduos florestais (galhos, lenhas e folhas), devendo estes serem dispostos em locais adequados;

5.2. Para o transporte do material vegetal nativo gerado nesta intervenção será necessário DOF – Documento de Origem Florestal, emitido pelo DBIO/SEMA.

6. Quanto a supervisão ambiental:

6.1. Para a atividade deverão ser observadas as normas e leis ambientais vigentes, de modo a preservar e garantir o meio ambiente para os presentes e futuras gerações, nos termos do artigo 225 da Constituição Federal de 1988.

7. Outras condicionantes:

7.1. Havendo Áreas de Preservação Permanente – APP, importante salientar que, a regra geral é a intocabilidade das áreas de preservação permanente, o que ocasiona restrições ao direito de uso e gozo do proprietário do imóvel que esteja inserido em APP. Nesse diapasão, não é permitida qualquer intervenção na área, salvo os casos de utilidade pública e/ou interesse social, e/ou baixo impacto, previstos no artigo 3º, VIII, IX, X, combinado com o artigo 8º da Lei Federal nº 12.651, de 25/05/2012, devidamente regradada em Licenciamento;

7.2. Este documento está vinculado à exatidão das informações apresentadas pelo interessado e não exime o empreendedor do cumprimento das exigências estabelecidas em disposições legais, regulamentares e normas técnicas aplicáveis ao caso.

Havendo alteração nos atos constitutivos, cópia da mesma deverá ser apresentada, imediatamente, ao DMA, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciado por este documento.

Qualquer alteração na representação do empreendedor ou alteração do endereço para recebimento de correspondência do DMA deverá ser imediatamente informada à mesma.

Caso ocorra descumprimento das condições e restrições desta licença, o empreendedor estará sujeito às penalidades previstas em Lei.

Esta Licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais.

Data de emissão: Travesseiro/RS, 09 de abril de 2018.

Este documento licenciatório é válido para as condições acima no período de 90 (noventa) dias, porém, caso algum prazo estabelecido nesta licença for descumprido, automaticamente esta perderá sua validade. Este documento também perderá a validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade.

Este documento poderá ser renovado através de solicitação por parte do empreendedor.

CHRYSTIAN ESTÊVAM QUINOT

Coordenador do DMA
Agente Administrativo
Eng.º Ambiental
CREA/RS 210292

GENÉSIO ROQUE HOFSTETTER

Prefeito Municipal